



## REVISTA AMBIENTE CONTÁBIL

Universidade Federal do Rio Grande do Norte

ISSN 2176-9036

Vol. 18, n. 2, Jul./Dez., 2026

Sítios: <https://periodicos.ufrn.br/index.php/ambiente>

<http://www.atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/Ambiente>

Artigo recebido em: 28.03.2025. Revisado por pares em: 29.01.2026. Reformulado em: 24.02.2026. Avaliado pelo sistema double blind review.

DOI: 10.21680/2176-9036.2026v18n2ID39624

**Teoria da Contabilidade: percepções sobre as características da disciplina e os reflexos da Resolução CNE/CES nº 1/2024 nas instituições de ensino superior (IES) em Pernambuco**

**Accounting Theory: perceptions on the characteristics of the discipline and the impact of resolution CNE/CES No. 1/2024 on higher education institutions (HEIs) in Pernambuco**

**Teoría de la contabilidad: percepciones sobre las características de la disciplina y las repercusiones de la Resolución CNE/CES n.º 1/2024 en las instituciones de educación superior (IES) de Pernambuco**

### Autores

#### Ávila Kézia Menezes lira

Mestranda no Programa de Pós-graduação em Controladoria (PPGC) da Universidade Federal Rural de Pernambuco, Brasil. Endereço: Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos - CEP: 52171-900 - Recife/PE. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-2380-865X>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/5923222524001098>

E-mail: [avilakezia.estudos@gmail.com](mailto:avilakezia.estudos@gmail.com)

#### Carla Renata Silva Leitão

Doutora em Administração pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Mestre em Ciências Contábeis pela Universidade de Brasília. Professora associada da Universidade Federal Rural de Pernambuco. Endereço: Rua Dom Manuel de Medeiros, s/n, Dois Irmãos - CEP: 52171-900 - Recife/PE. Identificadores (ID):

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-5175-8901>

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/0115553423642278>

E-mail: [carlaleitao\\_ufrpe@yahoo.com.br](mailto:carlaleitao_ufrpe@yahoo.com.br)

(artigo apresentado Congresso de Ciências Contábeis e Atuariais – CONCIAT/2024 - UFPB)

### Resumo

**Objetivo:** Analisar a percepção de coordenadores e docentes de cursos de graduação em Ciências Contábeis das IES de Pernambuco sobre as características da disciplina Teoria da Contabilidade e os reflexos da Resolução CNE/CES nº 1/2024.

**Metodologia:** Este estudo utilizou uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa e delineamento do tipo levantamento. Foi aplicada a 96 Instituições de Ensino Superior (IES) de

Pernambuco, públicas e privadas, que oferecem o curso de Ciências Contábeis. Os dados foram coletados por meio de questionário e analisados com estatística descritiva. A pesquisa investigou as características da disciplina Teoria da Contabilidade e os possíveis impactos da Resolução CNE/CES nº 1/2024.

**Resultados:** A pesquisa com 17 IES de Pernambuco mostrou que a maioria oferece a disciplina Teoria da Contabilidade de forma obrigatória, com carga horária predominante de 60h e sem padronização quanto ao período de oferta. A maior parte não exige pré-requisitos, e os livros mais utilizados são de Hendriksen & Van Breda e Iudícibus. As IES estão cientes da nova Resolução CNE/CES nº 001/2024 e já iniciaram adequações. Apesar de possíveis mudanças, todas consideram a disciplina importante para a formação contábil.

**Contribuições do Estudo:** Este estudo ampliou a análise da disciplina Teoria da Contabilidade para todas as Instituições de Ensino Superior de Pernambuco, abrangendo não só as IES públicas, mas também as privadas. Revelou dados atualizados sobre sua oferta, carga horária, bibliografia e pré-requisitos. A pesquisa destaca uma divergência importante: a maioria das IES de Pernambuco não exige pré-requisitos para a disciplina, ao contrário do que foi identificado em universidades públicas do Nordeste. Outro avanço significativo é a análise do impacto da nova Resolução CNE/CES nº 001/2024, apontando que muitas instituições já estão em processo de adequação às novas diretrizes curriculares e reconhecem a necessidade de alinhar a disciplina às competências exigidas para o egresso.

**Palavras-chave:** Disciplina. Instituições de Ensino Superior. Teoria da Contabilidade. Resolução CNE/CES nº 001/2024.

### Abstract

**Purpose:** To analyze the perception of coordinators and professors of undergraduate accounting courses at higher education institutions in Pernambuco regarding the characteristics of the Accounting Theory discipline and the effects of Resolution CNE/CES No. 1/2024.

**Methodology:** This study employed a descriptive research design with a quantitative approach and a survey-type outline. It was conducted with 96 public and private Higher Education Institutions (HEIs) in Pernambuco that offer accounting programs. Data were collected through a questionnaire and analyzed using descriptive statistics. The research investigated the characteristics of the Accounting Theory course and the potential impacts of Resolution CNE/CES No. 1/2024.

**Results:** The survey of 17 HEIs in Pernambuco revealed that the majority offer the Accounting Theory course as a mandatory subject, with a predominant workload of 60 hours and no standardization regarding the semester in which it is offered. Most institutions do not require prerequisites, and the most widely used textbooks are those by Hendriksen & Van Breda and Iudícibus. The HEIs are aware of the new Resolution CNE/CES No. 001/2024 and have already begun making adjustments. Despite potential changes, all institutions consider the course to be important for accounting education.

**Contributions of the Study:** This study broadened the analysis of the Accounting Theory course to include all Higher Education Institutions in Pernambuco, encompassing both public

and private HEIs. It presented updated data on the course's offering, workload, bibliography, and prerequisites. The research highlighted a significant divergence: most HEIs in Pernambuco do not require prerequisites for the course, unlike what has been identified in public universities in the Northeast region. Another relevant contribution is the analysis of the impact of the new Resolution CNE/CES No. 001/2024, showing that many institutions are already in the process of adapting to the new curricular guidelines and recognize the need to align the course with the competencies expected of graduates.

**Keywords:** Accounting Theory. Higher Education Institutions. Course Curriculum. CNE/CES Resolution No. 001/2024.

### Resumen

**Objetivo:** Investigar las características de la asignatura Teoría de la Contabilidad en los cursos de grado en Ciencias Contables de las Instituciones de Educación Superior en Pernambuco.

**Metodología:** Este estudio utilizó una investigación descriptiva, con un enfoque cuantitativo y un diseño del tipo encuesta. Se aplicó a 96 Instituciones de Educación Superior (IES), públicas y privadas, de Pernambuco que ofrecen el curso de Contabilidad. Los datos fueron recolectados mediante cuestionario y analizados con estadística descriptiva. La investigación examinó las características de la asignatura Teoría de la Contabilidad y los posibles impactos de la Resolución CNE/CES N° 1/2024.

**Resultados:** La investigación con 17 IES de Pernambuco mostró que la mayoría ofrece la asignatura Teoría de la Contabilidad como obligatoria, con una carga horaria predominante de 60 horas y sin estandarización respecto al período en que se imparte. La mayoría no exige prerequisites, y los libros más utilizados son los de Hendriksen & Van Breda y Iudicibus. Las IES están al tanto de la nueva Resolución CNE/CES N° 001/2024 y ya han comenzado procesos de adecuación. Apesar de los posibles cambios, todas consideran que la asignatura es importante para la formación contable.

**Contribuciones del Estudio:** Este estudio amplió el análisis de la asignatura Teoría de la Contabilidad a todas las Instituciones de Educación Superior de Pernambuco, abarcando tanto las públicas como las privadas. Reveló datos actualizados sobre su oferta, carga horaria, bibliografía y prerequisites. La investigación destaca una divergencia importante: la mayoría de las IES de Pernambuco no exige prerequisites para la asignatura, a diferencia de lo identificado en universidades públicas del Nordeste. Otro avance relevante es el análisis del impacto de la nueva Resolución CNE/CES N° 001/2024, señalando que muchas instituciones ya se encuentran en proceso de adaptación a las nuevas directrices curriculares y reconocen la necesidad de alinear la asignatura con las competencias exigidas al egresado.

**Palabras clave:** Asignatura. Instituciones de Educación Superior. Teoría de la Contabilidad. Resolución CNE/CES n.º 001/2024.

## 1 Introdução

Após a introdução da disciplina "Teoria da contabilidade", em caráter obrigatório, pela Resolução nº 003/1992 do Conselho Federal de Educação (CFE), iniciou-se uma grande discussão a respeito do oferecimento desta disciplina, que passou a ser reconhecida como a

principal ferramenta para diminuir o pragmatismo, desenvolver o senso crítico e promover a aproximação do aluno com a ciência e a pesquisa (Madeira, Mendonça, & Abreu, 2003). Essa resolução, afirmou que, dentre outras disciplinas, a inserção da disciplina Teoria da Contabilidade nas graduações de ciências contábeis, objetivou estimular a relação da teoria com a prática (Sacramento, 1998).

A legislação educacional brasileira evoluiu ao longo dos anos, culminando na Resolução CNE/CES nº 001/2024, que revogou a anterior de 2004 e estabeleceu novas diretrizes para os cursos de graduação em Ciências Contábeis. Embora não mencione explicitamente a disciplina, a nova normativa ressalta a importância do embasamento teórico-científico e da formação crítica dos egressos, o que implica a manutenção e fortalecimento de disciplinas como a Teoria da Contabilidade (Conselho Nacional de Educação, 2024).

Além disso, a nova resolução apresentou diretrizes que evidenciaram a importância da continuidade da disciplina de Teoria da Contabilidade, mesmo que não fossem explicitamente mencionadas através de termo específico. No Artigo 2º, a resolução orientou que o curso de graduação em Ciências Contábeis deve proporcionar as condições necessárias para que o bacharel tenha compreensão das questões científicas, técnicas, sociais, ambientais e políticas, no contexto da Contabilidade, utilizando a tecnologia da informação e comunicação. Ademais, o Inciso I, do mesmo parágrafo, destacou a importância dos egressos aplicarem o pensamento científico em suas atividades, enfatizando a necessidade de embasamento teórico e científico na formação do profissional contábil (Conselho Nacional de Educação, 2024).

Na literatura, diversos têm sido os estudos a respeito da Teoria da Contabilidade como disciplina, desde a sua obrigatoriedade em 1992. Diversos autores destacaram a importância da disciplina para a contabilidade, como Marion (1997); Sacramento (1998); Theóphilo, Sacramento, Neves e Souza, (2000).; Madeira, Mendonça e Abreu (2003); Soares, Silva e Pfitscher (2011); Borba, Poeta e Vicente (2011); Cunha, Guidini e Klann (2017); Marassi, Fasolin e Klann (2018) e Cavalcante Jr., Leitão e Neto (2020).

Deste modo, diante da contínua presença da disciplina Teoria da Contabilidade nas regulamentações brasileiras ao longo do tempo, junto aos diversos estudos existentes na literatura sobre o tema, surge a indagação: **Qual a percepção de coordenadores e docentes de cursos de graduação em ciências contábeis das IES de Pernambuco sobre as características da disciplina Teoria da Contabilidade e os reflexos da Resolução CNE/CES nº 1/2024?** Partindo deste questionamento, o principal objetivo desta pesquisa é analisar a percepção de coordenadores e docentes de cursos de graduação em ciências contábeis das IES de Pernambuco sobre as características da disciplina Teoria da Contabilidade e os reflexos da Resolução CNE/CES nº 1/2024.

A pesquisa de Cavalcanti Jr., Leitão e Neto (2020) estudou as características da disciplina Teoria da contabilidade e concentrou-se em universidades públicas do Nordeste. Este cenário motivou neste estudo a necessidade de ampliar o escopo investigativo para todas as instituições de ensino superior (IES) de Pernambuco, incluindo as instituições privadas. Essa delimitação geográfica permitiu analisar especificidades locais, como a predominância de instituições privadas com fins lucrativos (82% do total), cujas dinâmicas pedagógicas e estruturais podem divergir das públicas, especialmente em aspectos como pressão por resultados imediatos e perfil discente.

A relevância da pesquisa se dá pela identificação de possíveis lacunas na estrutura da disciplina, que pode vir a ajudar a identificar desafios e oportunidades no ensino da Teoria da Contabilidade e contribuir para a prática educacional da contabilidade. Para Lima Filho e Bruni (2012), o estudo da Teoria Contábil torna-se importante para todos que estão ligados à contabilidade, sejam acadêmicos ou profissionais contabilistas. O motivo da importância,

consiste no fato de que a base das práticas contábeis se encontra justamente na Teoria da Contabilidade (Iudícibus, S. de, Silva, J. P. Niyama, J. K., & Beuren, I. M., 2022).

Quanto à originalidade do estudo, através de acesso à base de dados do Google e do Periódicos Capes, verificou-se que ainda não existem estudos que abordem a influência da Resolução CNE/CES n. 001/2024, relacionando-a com a disciplina Teoria da Contabilidade e com as graduações em ciências contábeis em Pernambuco, uma vez que, a normativa foi lançada em março de 2024. Dessa forma, considera-se que o estudo traz uma reflexão sobre a evolução e a relevância da Teoria da Contabilidade no cenário educacional e profissional da contabilidade.

## 2. Referencial Teórico

### 2.1 Teoria da Contabilidade

O estudo da Teoria da Contabilidade nasce da evolução da contabilidade e da sua existência enquanto ciência. Assim, para entender sua teoria, se faz necessário entender como surgiu a Contabilidade. A contabilidade nasce da relação entre o desenrolar dos fatos econômico-financeiros e da sua captação e processamento, segundo os paradigmas de uma metodologia própria e potencializada pela racionalidade científica (Iudícibus, Martins, & Carvalho, 2005).

Diversos são os conceitos para a Teoria da Contabilidade, para Marion (1997), a teoria sustenta

a Contabilidade no desempenho de sua função como um sistema de informação e avaliação, cujo propósito é fornecer aos usuários demonstrações e análises. Segundo Pinheiro (1997, p. 5), “deve-se reconhecer a teoria Contábil como um meio de, cada vez mais, aumentar a capacidade da Contabilidade ser útil aos seus usuários”. Para Hendriksen e Van Breda (2009, p. 32), a Teoria da Contabilidade “pode ser definida como um conjunto coerente de princípios hipotéticos, conceituais e pragmáticos que formam um quadro geral de referências para a investigação da natureza da Contabilidade”.

A contabilidade ainda não possui uma teoria unificada amplamente aceita, devido à diversidade de abordagens de pesquisa, e sua evolução como disciplina acadêmica é mais recente em comparação com a economia (Iudícibus, 2012). Hendriksen e Van Breda (2009) destacam a importância de classificar as teorias contábeis em abordagens normativas, positivas e críticas. Para Iudícibus, Niyama e Beuren (2020), ela pode ser estudada sob diversas abordagens, ética, comportamental e sociológica.

A abordagem normativa ganha mais força a partir do século XX, o maior impulso ocorre nos Estados Unidos, após a quebra da bolsa de valores de Nova York em 1929. Paton (1922), Canning (1929), MacNeal (1939), Edwards e Bell (1961), Chambers (1966) e Ijiri (1975), são alguns dos principais expoentes da Teoria Normativa durante o seu desenvolvimento (Barroso, 2018).

A abordagem positiva, com ótica mais preditiva e descritiva, busca explicar e prever os fenômenos através de observações empíricas (Coetsee, 2010). Em uma revisão crítica a seus próprios trabalhos publicados em 1978 e 1979 sobre abordagem positiva, Watts e Zimmerman (1990) destacaram a importância do seu trabalho. Além disso, “a teoria da contabilidade possui conceitos sobre postulados, princípios e convenções não uniformes, muitas vezes de matriz não normativa, pautada em conceitos típicos das ciências naturais” (Dower, 2022, p. 7).

Os princípios, também não são uniformes e são evidenciados nas estruturas conceituais e normas dos países segundo sua cultura, costumes, valores éticos e sistemas jurídicos. São, portanto, uma lei ou regra geral, considerada como diretriz de ação, uma base aceita de conduta

ou prática (Iudícibus *et al.*, 2020). Dessa forma, a evolução da contabilidade foi impulsionada por mudanças e melhorias, enfrentando desafios como diferenças culturais, políticas e ideológicas, além de barreiras de idioma e moeda. (Unegbu, 2014).

Gornik-Tomaszewski e Choi (2018) trazem em seu estudo a importância de uma estrutura conceitual, consistente e lógica, para a contabilidade. Destacam que “o ensino dos US GAAP e das IFRS deve basear-se na estrutura conceitual, com delineamento explícito de como os conceitos da estrutura estão relacionados aos padrões individuais que estão sendo ensinados” dando aos estudantes, base duradoura para julgamentos relacionados a relatórios financeiros.

Iudícibus *et al.* (2022) destacaram a importância da teoria contábil na definição dos usuários destes relatórios, como investidores e credores, e na ênfase dada às características como relevância, confiabilidade e compreensibilidade das informações contábeis, garantindo a transparência e a qualidade das informações apresentadas aos usuários. Para Gaffikin (2006), os pronunciamentos contábeis evoluíram de recomendações de melhores práticas entre os profissionais contábeis, para um complexo sistema internacional de práticas exigidas, com base em teorias e métodos da economia.

No Brasil, a adoção das International Financial Reporting Standards (IFRS) e dos Pronunciamentos Contábeis do CPC, alinhados com a International Accounting Standards Board (IASB), marcou a transição para um novo padrão contábil. Essa mudança trouxe inovações na interpretação das normas, enfatizando uma abordagem principiológica na Contabilidade brasileira. Essa transição ressalta a importância da compreensão clara dos princípios contábeis, embora a literatura revele a falta de clareza nesse aspecto, no campo da Teoria da Contabilidade (Dower, 2022).

Revisões de literatura recentes demonstram que a Teoria da Contabilidade está amplamente presente nas pesquisas da área contábil. Broietti, Ferreira, Santos e Oliveira (2022), afirmam que houve uma evolução nos temas pesquisados dentro da área contábil brasileira, principalmente pela quantidade de teorias utilizadas. Alberti, Silva, Nascimento e Souza (2024), analisaram as teorias contábeis abordadas nas pesquisas no centro-oeste do Brasil e constataram que as teorias contábeis são amplamente aplicadas na contabilidade corporativa, financeira, gerencial e na controladoria.

Ao discorrer sobre o ensino para a disciplina Teoria da Contabilidade, James (2008), recomenda o uso de uma abordagem de Teoria Crítica e Pós-modernista, mesclando o estudo da Teoria com resultados de pesquisas de várias disciplinas, através de abordagem dialógica, e trazendo um contato indireto da contabilidade com materiais externos à disciplina, ao que considera que esse método motiva os estudantes e os tornam mais preparados para estudar e avaliar as teorias contábeis.

## **2.2 Teoria da Contabilidade como disciplina no contexto brasileiro.**

No Brasil, a origem da contabilidade remonta ao período de colonização, marcado pela chegada dos portugueses e pelo estabelecimento do comércio. O marco desse desenvolvimento foi o Código Comercial de 1850, e no âmbito educacional, destacam-se a fundação da Escola Prática de Comércio em 1902 e da Escola de Comércio Álvares Penteado em São Paulo. Em 1945, a contabilidade passou a ser ensinada em nível universitário no Brasil (Paula, Mendes, & Carvalho, 2022).

A contabilidade brasileira foi influenciada por filosofias italiana e americana, com professores da FEA/USP sendo pioneiros no ensino da Teoria da Contabilidade (Sacramento, 1998). Quando facultativa, a disciplina era presente em cursos para pós-graduados, passando posteriormente a ser estudada também nas graduações. Marion (1997) destacou a importância

da introdução gradual da disciplina na graduação, com uma apresentação da evolução histórica de maneira estruturada, destacando a influência das diversas outras culturas.

Para Theóphilo *et al.* (2000) a inclusão da disciplina "Teoria da Contabilidade" nos currículos de Graduação em Ciências Contábeis, chegou como uma medida essencial para aprimorar o ensino nessa área. No entanto, a falta de diretrizes claras resultou em uma diversidade significativa na forma como a disciplina começou a ser ministrada, com variações nos períodos de oferta e enfoques diferenciados. Crítica, principalmente, a inadequação de ministrar a disciplina nos ciclos iniciais do curso, onde os alunos podem não estar preparados para absorver plenamente o conteúdo.

Cunha, Guidini e Klann (2017) observaram mudanças no conteúdo e na metodologia da disciplina, destacando a necessidade de maior senso crítico e capacidade de interpretação por parte dos profissionais. De forma semelhante, Marassi, Fasolin e Klann (2018), constataram que a convergência às Normas Internacionais de Contabilidade impactou o ensino da Teoria da Contabilidade. Em estudo de revisão bibliométrica, Rosa, Mendes e Oliveira (2012) identificaram que no Brasil, a Teoria da Contabilidade possui legitimidade sociopolítica por meio de organismos e normas. Destacaram ainda que a disciplina está bem integrada nas grades curriculares de instituições de ensino superior, em cursos de graduação, como também em programas de pós-graduação, possuindo uma representatividade de aproximadamente 10% de artigos sobre temas da disciplina em revistas brasileiras de contabilidade.

Vinte anos após a Resolução CNE/CES n. 006/2004, o dia 02 de maio de 2024, seguirá como marco regulatório da instituição da Resolução CNE/CES n. 001/2024. Embora a nova resolução necessite de investigações mais detalhadas em perspectivas futuras, devendo ainda ser objeto de muitas análises posteriores, sua abordagem reitera a importância da Teoria da Contabilidade no processo de formação, dos futuros profissionais da área contábil, e amplia a fundamentação para a realização deste estudo.

### 3. Procedimentos Metodológicos

O presente estudo realizou uma pesquisa descritiva, com abordagem quantitativa. Quanto ao seu delineamento, esta pesquisa é de levantamento. O universo desta pesquisa se caracterizou por 96 IES presentes no Estado de Pernambuco, e tomou por base o estudo de Cavalcante Júnior, Leitão e Queiroz Neto (2020), que investigaram as características da disciplina Teoria da Contabilidade nas universidades federais e estaduais da região Nordeste. Diante da constatação de que, no estudo destes autores, apenas uma universidade foi analisada no Estado de Pernambuco, optou-se por concentrar a pesquisa nessa localidade.

A escolha pelo Estado de Pernambuco se deu pela existência de um número variado de IES que oferecem cursos de graduação em Ciências Contábeis no Estado. Ademais pela acessibilidade, por ser o estado onde residem as pesquisadoras. Dessa forma, decidiu-se investigar todas as Instituições de ensino Superior em Pernambuco, públicas ou privadas, que oferecem o curso de graduação em ciências contábeis.

Em abril de 2024, foi acessada a base de dados do e-MEC, sistema do Ministério da Educação (MEC) e base de dados oficial dos cursos e Instituições de Educação Superior – IES do Brasil, em que foram identificadas 126 IES, com cadastro ativo para funcionamento no Estado de Pernambuco. Entretanto, durante o levantamento do endereço eletrônico das IES, foi detectado que 30 delas, não ofertavam o curso ou não estavam em pleno funcionamento no momento da realização da pesquisa, reduzindo o universo da pesquisa para 96 IES, consideradas para este estudo.

A pesquisa se caracteriza como um estudo censitário, pois foram contactadas as 96 IES. Gil (2002, p. 51), destaca que “quando o levantamento recolhe informações de todos os integrantes do universo pesquisado, tem-se um censo”. Diante disso, após contactar as 96 IES, foram obtidas 22 respostas, entretanto, 5 IES que operam na modalidade EAD, destinaram os questionários para graduações de outros Estados, e não puderam ser objeto de estudo, totalizando assim uma amostra de 17 IES estudadas nesta pesquisa. Destaca-se que a maior parte das Instituições (14 IES) participantes da pesquisa, são Instituições privadas com fins lucrativos, com uma representação de 82% delas.

A coleta de dados foi realizada por meio da aplicação de questionário semiestruturado, elaborado na plataforma Google Forms, com perguntas abertas e fechadas. Martins e Lintz (2011, p. 38), definem o questionário como “um conjunto ordenado e consistente de perguntas a respeito de variáveis, e situações, que se deseja medir, ou descrever”. Previamente à sua aplicação, o instrumento foi submetido à análise de conteúdo por uma docente especialista na área de Ciências Contábeis, visando garantir a clareza e a adequação técnica das questões. Adicionalmente, realizou-se um pré-teste em uma Instituição de Ensino Superior (IES), o que permitiu o refinamento do formulário antes da coleta definitiva.

O questionário foi desenvolvido de forma consistente e ordenada, com o objetivo de coletar informações referentes à carga horária, período de oferta da disciplina, pré-requisitos exigidos, bibliografia básica e complementar da disciplina. O questionário buscou ainda, investigar se estas IES possuíam informações sobre a Resolução CNE/CES nº 1 de 27 de março de 2024, e como essa normativa poderia impactar a disciplina Teoria da Contabilidade.

Quanto à análise dos dados, utilizou-se a estatística descritiva, com uso da tabulação das informações coletadas e apresentação por meio de frequência e porcentagens. O uso da estatística descritiva, foi fundamental para resumir e organizar os dados coletados, permitindo uma análise mais detalhada das características da disciplina estudada. As variáveis analisadas na pesquisa, compreenderam as características da disciplina Teoria da Contabilidade e a influência da Resolução CNE/CES n. 1/2024 em relação à disciplina, abordadas pelo questionário aplicado. Os resultados foram interpretados e comparados com estudos anteriores, para contextualização de descobertas e apresentação das conclusões do estudo.

#### **4. Análise dos Resultados**

Atendendo ao objetivo que se busca neste estudo, a pesquisa foi destinada às Coordenações das Graduações em Ciências Contábeis das IES de Pernambuco. Das 17 respostas recebidas, 76,47% foram respondidas pelos coordenadores dos cursos, 17,64% pelo próprio professor da disciplina e 5,88% pelo diretor da IES.

No tocante à obrigatoriedade da disciplina, uma das IES pesquisadas afirmou que o curso não possuía nenhuma disciplina que abordasse a Teoria da Contabilidade, e as outras 16 IES afirmaram que a disciplina estava presente na grade curricular, ao que 94,12% das 17 IES, informaram ser a Teoria da Contabilidade, uma disciplina obrigatória na grade curricular do curso.

Conforme Ferreira, Silva, Souza e Almeida (2013), as universidades estrangeiras não seguem essa tendência, preferindo abordar o conteúdo integrado a outras disciplinas, sem disponibilizar a disciplina Teoria da Contabilidade como específica e obrigatória, sendo esta, uma característica brasileira.

Esclarece-se que alguns questionários foram respondidos apenas por 16 IES pelo fato de uma delas afirmar não oferecer a disciplina. Das IES que participaram da pesquisa, considerando o seu tipo de modalidade de ensino, 13 IES atuam com a modalidade presencial,

3 com a modalidade em EAD, e 1 das Instituições, atua com a modalidade presencial, semipresencial e à distância.

Na base de dados do e-MEC, da qual este estudo se utilizou, foi observado que algumas IES possuíam cadastro para atuar como presencial e como Ensino à Distância, com cadastros e códigos distintos, ocorrendo a repetição da Instituição. O estudo as considerou como Instituições distintas, uma vez que possuem coordenadores diferentes e particularidades diversas.

Observou-se que, a maior parte das Instituições (14 IES), que participaram da pesquisa, são Instituições privadas com fins lucrativos, com uma representação de 82% delas. Apenas 18% das IES pesquisadas são públicas. Ao investigar qual o nome atribuído à disciplina, evidenciou-se que 71% das IES utilizam a nomenclatura Teoria da contabilidade, enquanto os outros 29% dividiram-se entre Contabilidade Teórica, Normas Internacionais de Contabilidade, Contabilidade Introdutória e Teoria Geral da Contabilidade.

Quanto à análise da carga horária, percebeu-se que a maioria das IES, atua com carga horária de 60h para a disciplina estudada, representando 64,70% das IES. Entretanto, 2 IES se destacaram ao oferecer a disciplina com uma carga horária de 80 horas, o que representa uma variação significativa de 22,5 horas a mais, em relação à média de horas da disciplina das IES pesquisadas que é de 57 horas. Essa diferença na carga horária pode vir a influenciar a abordagem, quantidade e/ou profundidade dos conteúdos aplicados nessas Instituições, bem como podem impactar os resultados acadêmicos e profissionais dos estudantes que estão sendo formados.

Madeira, Mendonça e Abreu (2003), encontraram uma presença maior de carga horária com 72h para a disciplina, ao analisar 24 faculdades do Estado de Minas Gerais, ao que os autores justificam, se dar pela exigência de cumprimento de 200 dias de atividade acadêmica exigida, à época do estudo, pela LDB. Entretanto, Soares, Silva e Pfitscher (2011), Rosa et al. (2012) e Cavalcanti Jr., Leitão e Neto (2020), também encontraram uma maioria de IES que ofertam a disciplina com uma carga horária de 60h, corroborando com os achados deste estudo.

Em relação ao momento de oferta da disciplina, percebe-se pelos dados analisados, que existe uma grande variação nas IES. O 3º período se destaca com o oferecimento por 5 IES, e o 6º e 7º períodos, sendo oferecidos por 3 IES, cada uma delas, ao que se pode inferir que a maioria das Instituições de Ensino Superior analisadas, totalizando 11 IES (64,69%) concentrando a oferta da disciplina no 3º, 6º e 7º período. Apenas 1 IES oferece a disciplina no 1º período, 2 IES no 2º período, 1 IES no 5º período e nenhuma delas oferece no 4º e no 8º período.

É relevante destacar, que uma das Instituições de Ensino Superior não organiza a grade curricular em períodos, mas sim sob a nomenclatura de Matriz Modular. No entanto, o respondente destacou em sua resposta que, o momento da oferta da disciplina corresponde ao mesmo lapso de tempo que se dá entre o 3º e o 6º período.

Madeira, Mendonça e Abreu (2003), verificaram uma forte tendência do oferecimento da disciplina no 3º ano do curso nas faculdades mineiras, ou seja, no período intermediário do curso. Os autores trazem a opinião de Iudícibus (1999), sobre o momento ideal de oferecimento da disciplina ocorrer no final do curso, momento em que o aluno já teria um maior amadurecimento sobre a prática. Afirmam que, a falta de um consenso sobre o momento em que a disciplina deve ser oferecida, transfere ao docente a responsabilidade de ministrar os conteúdos com maior ou menor nível de profundidade, a depender do período da oferta da disciplina.

Soares, Silva e Pfitscher (2011, p. 52), ao analisar os cursos de ciências contábeis da Universidades Federais Brasileiras, concordam que não existe indicação para um semestre ideal

em que as IES incluam a disciplina, e corroboram com os achados dessa pesquisa ao afirmar que “poucas universidades convergem com Iudícibus e Marion (1999), Theóphilo et al (2000) e Madeira, Mendonça e Abreu (2003), em relação ao fato de a disciplina ser alocada nas fases finais do curso, verificando-se que apenas quatro universidades o fazem desta forma”.

Nos achados desta pesquisa apenas 3 IES concentram a disciplina no início do último ano de curso. Os estudos de Cavalcanti Jr., Leitão e Neto (2020), também corroboram com estes achados, ao destacarem que a maioria das Universidades Federais e Estaduais do Nordeste concentram o oferecimento da disciplina entre o 4º e 5º semestre, também em um momento intermediário do curso. Os autores justificam que, o fato da disciplina não ser oferecida nos semestres iniciais pela maioria das Instituições ao qual pesquisaram, ocorre pela necessidade de um conhecimento mais aprofundado em outras disciplinas como Contabilidade Intermediária, Avançada, Societária e Comercial.

Dessa maneira, percebe-se que não existe um destaque para oferta em um período específico, havendo oferta da disciplina em semestres variados, indicando que a distribuição da disciplina ao longo dos cursos de graduação em ciências contábeis das IES em Pernambuco, não possui uma padronização, possuindo uma abordagem diversificada em relação à inserção da disciplina Teoria da Contabilidade na grade curricular.

Quanto aos dados encontrados sobre os pré-requisitos exigidos para cursar a disciplina Teoria da Contabilidade, a tabela 1 demonstra que 10 das Instituições de Ensino Superior pesquisadas (58,82%), não solicitam outras disciplinas como pré-requisitos, e ainda que, 6 delas exigem que o discente tenha cursado uma disciplina prévia à de Teoria da Contabilidade, caracterizando que 35,3% das IES exigem pré-requisito para o curso da disciplina. Dentre as disciplinas exigidas, foram citadas a de Contabilidade Geral, Societária e Introdução à Contabilidade como pré-requisitos.

**Tabela 1**

*Pré-requisitos para cursar a disciplina Teoria da Contabilidade nas IES em Pernambuco*

| <b>Pré-requisitos</b>      | <b>Frequência</b> | <b>Porcentagem</b> |
|----------------------------|-------------------|--------------------|
| Não existem                | 10                | 58,82%             |
| Contabilidade Geral        | 2                 | 11,77%             |
| Contabilidade Societária   | 1                 | 5,88%              |
| Introdução à Contabilidade | 3                 | 17,65%             |
| Não oferece a disciplina   | 1                 | 5,88%              |
| Total                      | 17                | 100%               |

**Fonte:** *Dados da Pesquisa (2024).*

Identifica-se uma divergência nesses achados em relação ao estudo de Cavalcanti Jr., Leitão e Neto (2020), quanto aos pré-requisitos exigidos para a disciplina. Os autores encontraram que, apenas 30% das Universidades Federais e Estaduais não exigem pré-requisitos para o curso da disciplina Teoria da Contabilidade e 70% delas julgam necessário a utilização de conhecimentos pré-adquiridos para cursá-la. Enquanto, nesse estudo encontramos uma tendência contrária, que 58,82% dos pesquisados julgam não ser necessário conhecimentos pré-adquiridos, ou seja, não exigem pré-requisitos para o curso da disciplina.

Cabe destacar, que a população desta pesquisa se diferenciou da população da pesquisa de Cavalcanti Jr., Leitão e Neto (2020), uma vez que os autores estudaram Universidades Públicas do Nordeste do Brasil, enquanto este estudo abrangeu não apenas as IES públicas, mas todas as IES em Pernambuco. Nesta pesquisa um total de 82% é representada por Instituições de Ensino Superior privadas, com fins lucrativos. Assim, pode-se encontrar essa diferenciação entre os pontos de vista destas IES pesquisadas em relação a esta característica específica,

relacionada à importância da necessidade de conhecimentos pré-adquiridos para cursar a disciplina Teoria da Contabilidade.

Soares, Silva e Pfitscher (2011) sugerem que seria interessante a inserção de uma disciplina Teoria da contabilidade I no primeiro semestre do curso, objetivando uma base mais forte para os semestres que seguem, e uma disciplina Teoria da Contabilidade II, sendo ministrada no final do curso, de maneira a trazer solidez para conceitos não compreendidos e profundidade para a relação teoria e prática.

Na tabela 2, apresenta-se uma análise das bibliografias mais utilizadas pela IES pesquisadas, definidas a partir das perguntas de qual Bibliografia, básica e complementar, eram usadas pelas IES pesquisadas. Ressalta-se que não houve acesso às obras de 2 IES, uma que não oferece a disciplina, e outra que não disponibilizou a resposta, ficando a análise bibliográfica baseada em 15 IES. Entretanto, utilizou-se para o cálculo de porcentagens o total de 17 IES, considerando que 2 não responderam à pesquisa.

Os dados consolidados na Tabela 2 apresentam a relação de livros e autores identificados, segmentados por sua frequência de adoção e representatividade percentual sobre o total de 17 IES que compõem o escopo desta pesquisa.

**Tabela 2**

*Bibliografia mais utilizada na disciplina Teoria da Contabilidade nas IES em Pernambuco*

| <b>Autores</b>  | <b>Livros</b>  | <b>Frequência</b> | <b>Porcentagem</b> |
|---|--|-------------------|--------------------|
| ALMEIDA, M. C.  | Teoria da Contabilidade em IFRS e CPC - Facilitada e Sistematizada   | 2                 | 11,77%             |
| ALMEIDA, M. C.  | Curso básico de contabilidade  | 1                 | 5,88%              |
| ALONSO, A. Z.   | Pronunciamentos Contábeis Aplicados aos Negócios                     | 1                 | 5,88%              |
| ALVES, A.   | Teoria da Contabilidade  | 1                 | 5,88%              |
| ARAI, C.  | Teorias contábeis  | 1                 | 5,88%              |
| BROADEL, A.   | Teoria da Contabilidade  | 2                 | 11,77%             |
| CAHAER, D.  | Senso Crítico. O dia a dia das Ciências Humanas                      | 2                 | 11,77%             |
| CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)                   | Normas Brasileiras de Contabilidade                                  | 1                 | 5,88%              |
| CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC)                   | Pronunciamentos técnicos contábeis                                   | 1                 | 5,88%              |
| EQUIPE de professores da FEA/USP.                         | Contabilidade introdutória   | 1                 | 5,88%              |
| FLORES, E.; BRAUNBECK, G.; CARVALHO, N.                   | Teoria da Contabilidade Financeira - Fundamentos e Aplicações        | 1                 | 5,88%              |
| GOUVEIA, N.   | Contabilidade básica   | 1                 | 5,88%              |
| GRECO, A.   | Introdução à Teoria da Contabilidade                                 | 1                 | 5,88%              |
| HENDRIKSEN, E. S.; VAN BREDA, M. F.                       | Teoria da Contabilidade  | 9                 | 52,94%             |
| HENRIQUE, M. de A.  | Livros contábeis a escrituração contábil no atual cenário tributário | 1                 | 5,88%              |
| HURT, R. L.   | Sistemas de Informações Contábeis                                    | 1                 | 5,88%              |
| IUDÍCIBUS, S. de.   | Teoria da Contabilidade  | 8                 | 47,06%             |
| IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C.                           | Introdução à Teoria da Contabilidade                                 | 5                 | 29,41%             |
| IUDÍCIBUS, S. de; MARION, J. C.; FARIA, A. C. de.         | Introdução à teoria da contabilidade: para o nível de graduação      | 2                 | 11,77%             |
| IUDÍCIBUS, S. de; MARTINS, E.; GELBCKE, E. R.; SANTOS, A. | Manual de Contabilidade Societária (FIPECAFI)                        | 3                 | 17,65%             |

## Ávila Kézia Menezes Lira e Carla Renata Silva Leitão

|  |   |    |        |
|--|---|----|--------|
| LOPES, A. B.; MARTINS, E.                        | Teoria da Contabilidade - Uma Nova Abordagem                            | 3  | 17,65% |
| LOPES, A. B.; MARTINS, E.                        | Teoria da Contabilidade   | 1  | 5,88%  |
| LUZ, É. E.                                       | Teoria da Contabilidade   | 1  | 5,88%  |
| MARION, J. C.                                    | Análise das Demonstrações Contábeis                                     | 2  | 11,77% |
| MÜLLER, A. N.                                    | Contabilidade básica: fundamentos essenciais.                           | 1  | 5,88%  |
| NIYAMA, J. K.                                    | Teoria da Contabilidade   | 5  | 29,41% |
| NIYAMA, J. K.; SILVA, C. A. T.                   | Teoria da contabilidade   | 1  | 5,88%  |
| NOBRE, M.  | Teoria Crítica  | 2  | 11,77% |
| OLIVEIRA, A. F. M. de                            | IFRS na Prática   | 1  | 5,88%  |
| PADOVEZE, Clovis L.                              | Manual de Contabilidade Básica  | 1  | 5,88%  |
| PEREIRA, V.                                      | Fundamentos de Auditoria Contábil                                       | 1  | 5,88%  |
| RIBEIRO FILHO, J. F.; LOPES, J.; PEDERNEIRAS, M. | Estudando teoria da contabilidade                                       | 1  | 5,88%  |
| RIBEIRO, O. M.                                   | Noções de Análise de Demonstrações Contábeis                            | 1  | 5,88%  |
| SÁ, A. L. de                                     | Teoria da Contabilidade   | 1  | 5,88%  |
| SANTOS, J. L.dos; SCHMIDT, P.; MACHADO, N. P.    | Fundamentos da teoria da contabilidade                                  | 3  | 17,65% |
| SCHERRER, A. M.                                  | Manual para o Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade | 1  | 5,88%  |
| SCHMIDT, P.; SANTOS, J. L. dos.                  | Avaliação de ativos intangíveis   | 1  | 5,88%  |
| SILVA, A. A.                                     | Estrutura, Análise e Interpretação das Demonstrações Contábeis          | 1  | 5,88%  |
| SILVA, C. A. T.; NIYAMA, J. K.                   | Teoria da contabilidade   | 1  | 5,88%  |
| SILVA, C. A. T.; TRISTÃO, G.                     | Contabilidade básica  | 1  | 5,88%  |
| SUNDER, S.                                       | Teoria da Contabilidade e do Controle                                   | 2  | 11,77% |
|  | Não responderam   | 2  | 11,77% |
|  | Total de IES  | 17 | 100%   |

Fonte: Dados da Pesquisa (2024).

Em uma análise mais aprofundada sobre o que se ensina na disciplina Teoria da Contabilidade nas Universidades Brasileiras, Soares, Silva e Pfitscher (2011), evidenciam que o caráter normativo e econômico, predominam na disciplina, em detrimento da ótica administrativa e matemática, ao qual não identificaram consistência nestas abordagens. Já Madeira, Mendonça e Abreu (2003, p. 116), há 21 anos atrás, detectaram que “a literatura mais utilizada é “Teoria da Contabilidade” - Sérgio Iudícibus, que parece estar servindo de alicerce para o ensino de “Teoria da Contabilidade”, independente do seu momento de oferecimento”.

Através dos resultados desta pesquisa, percebe-se a permanência pela preferência por obras clássicas. Conforme a tabela 2, o livro de Sérgio de Iudícibus ocupou o segundo lugar de uso, próximo a um empate com a obra de Hendriksen e Van Breda, que se destacou em primeiro lugar com 52,94% de adoção. Estes dados confirmam que tais literaturas continuam servindo de alicerce para o ensino da disciplina, independentemente do período de oferta.

Cavalcanti Jr., Leitão e Neto (2020) destacam a liderança do livro de Iudícibus, desde o estudo apresentado por Theóphilo *et al.* (2000), que também foi identificado em outros estudos anteriores, como o de Madeira *et al.* (2003), Araújo, Silva e Rech (2015), Rosa *et al.* (2012), Teotônio *et al.* (2021), dentre outros, corroborando também com os dados encontrados neste estudo.

Ainda na tabela 2, os autores Sérgio de Iudícibus e José Carlos Marion, seguidos de Jorge Katsumi Niyama, com seus livros Introdução à Teoria da Contabilidade e Teoria da Contabilidade, respectivamente, ocuparam o terceiro lugar de escolha pelas IES pesquisadas,

com 29,41%, corroborando com os achados de Cavalcanti Jr., Leitão e Neto (2020), que encontraram Silva e Niyama 29%; Iudícibus e Marion 24%, como segundo e terceiro colocados em sua pesquisa. Apesar de ser um outro livro em parceria com Silva, permanece a presença dos autores Niyama e Marion, também como uma das referências bibliográficas para o ensino da disciplina, assim como continua em destaque a presença dos ensinamentos do autor Sérgio de Iudícibus através de outras obras.

Nos estudos de Madeira *et al.* (2003) e Cavalcanti Jr., Leitão e Neto (2020), o autor Antônio Lopes de Sá aparece com boa incidência, o que não se repete neste estudo. Destaca-se também uma queda na adoção da obra da FIPECAFI, destacada como preferência na pesquisa de Cunha *et al.* (2017), esse fato vem corroborar com os achados de Cavalcanti Jr., Leitão e Neto (2020, p. 71) que afirmam “o que mais chama a atenção é a queda da preferência pela obra da FIPECAFI, onde apenas uma instituição incluiu em sua bibliografia básica”.

Ao investigar se as IES em Pernambuco já tinham conhecimento sobre a Resolução CNE/CES nº. 001/2024, verificou-se que 15 delas (88,24%) já possuíam conhecimento a respeito da resolução, com 1 IES (5,88%) afirmando não ter conhecimento sobre as novas diretrizes curriculares para as graduações em Ciências Contábeis. As perguntas que se seguiram foram respondidas por 15 IES, uma vez que, uma delas respondeu que ainda não tinha tomado conhecimento da Resolução até participar desta pesquisa.

Em sequência, perguntou-se como a Instituição tomou conhecimento sobre a Resolução, ao que uma parte considerável das IES (47,06%), afirmaram que obtiveram a informação por comunicado oficial do MEC e/ou por Associações ou entidades educacionais (41,17%), seguidos de “por meio de publicações no Diário Oficial da União” (29,42%), “por indicação de outros profissionais” (17,65%) e “através de cursos de capacitação ou eventos acadêmicos” (5,88%), sendo permitidas mais de uma resposta.

O estudo verificou também, como as IES em Pernambuco pesquisadas, estão se preparando para adequação às novas diretrizes curriculares dos cursos de graduação em ciências contábeis, uma vez que a normativa passou a vigorar a partir do dia 02 de maio de 2024, e as IES tem 2 anos para implantação das diretrizes aos alunos ingressantes. A maioria das Instituições (64,70%), afirmam já ter iniciado o processo de adequação e implementação das novas diretrizes, enquanto 17,65% informam que, “parcialmente, algumas medidas foram tomadas, mas o processo de adequação ainda está em andamento”, e apenas 1 das IES (5,88%) respondeu que “não tenho informações sobre as ações da Instituição em relação às novas diretrizes”.

Em continuidade ao estudo, foi investigada a percepção dos participantes, quanto ao impacto das novas diretrizes sobre a estrutura e o conteúdo da disciplina teoria da Contabilidade nas graduações estudadas. Ao indagar se a normativa trará impacto à estrutura e conteúdo da disciplina, foram apresentadas algumas respostas fechadas, ao qual indicou-se que os respondentes poderiam responder mais de uma alternativa, e uma resposta aberta “outros”, ao qual o respondente poderia escrever com suas palavras.

As respostas fechadas, obtiveram a maior parte das escolhas, sendo o “alinhamento da disciplina com as competências e habilidades definidas pelas novas diretrizes”, a resposta com maiores índices de escolha, com 58,82%. Em sequência, os respondentes indicaram serem “necessárias adequações na bibliografia e materiais didáticos”, representando 23,53% das respostas, e “possíveis mudanças na ementa e carga horária ou pré-requisitos da disciplina”, também com 23,53% de representação nas respostas entre as IES pesquisadas em Pernambuco.

Contudo, cabe destacar que três respostas surgiram na pesquisa através da questão aberta, representando 5,88% cada uma delas. A primeira afirmou que “já estava adequada às diretrizes ao tratar as Teoria da Contabilidade dentro das Normas Internacionais de

Contabilidade no item específico que é o CPC 00 (R2)”, a segunda respondeu que inicialmente não previa nenhuma mudança para a disciplina, e a terceira IES, previu a possibilidade de extinção da disciplina, o que surge como um paradoxo, uma vez que no estudo de percepção da importância da disciplina, todas as IES consideram a disciplina como importante ou muito importante.

Por fim, para esta investigação da percepção dos respondentes quanto à importância atribuída à disciplina Teoria da Contabilidade, foram dadas opções de resposta por meio de nível de intensidade (Escala do tipo *Likert*) de 1 a 5, onde 1 representa sem importância e 5 muito importante. Os resultados encontrados mostraram que 14 IES (87,5%) consideram a disciplina como muito importante, atribuindo nível 5, e 2 IES (12,5%) como importante, com atribuição de nível 4, não havendo nenhuma resposta para os índices 1, 2 e 3.

## 5. Considerações Finais

Esta pesquisa teve como objetivo analisar a percepção de coordenadores e docentes sobre as características da disciplina Teoria da Contabilidade e os reflexos da Resolução CNE/CES nº 1/2024 no estado de Pernambuco. Ao expandir o escopo para instituições públicas e privadas de uma localidade específica, o estudo permitiu a identificação de novos achados que complementam a literatura prévia sobre o tema. A coleta de dados via levantamento possibilitou solucionar o problema de pesquisa ao identificar o panorama da oferta da disciplina e o nível de maturidade institucional frente às recentes exigências normativas.

Quanto aos achados científicos, os resultados demonstram que a disciplina ainda carece de padronização nacional, mantendo lacunas históricas quanto à falta de diretrizes claras, o que resulta em uma elevada diversidade na forma de aplicação, períodos de oferta e abordagens pedagógicas. Observa-se que as críticas clássicas da literatura sobre a fragilidade da importância da disciplina devido à falta de orientações uniformes permanecem atuais no cenário investigado.

Um achado relevante e divergente de pesquisas anteriores em âmbitos regionais é que a maioria das instituições pernambucanas analisadas não exige pré-requisitos para a disciplina. Este dado contrasta significativamente com a tendência de exigência de conhecimentos prévios observada em estudos focados exclusivamente em universidades públicas, sugerindo uma flexibilidade maior ou uma abordagem distinta nas instituições analisadas, sendo elas em sua maioria privadas.

Sobre o impacto das novas diretrizes curriculares, os resultados indicam que a maior parte das instituições já iniciou o processo de adequação pedagógica. Identificou-se que o alinhamento da disciplina às competências e habilidades exigidas para o egresso é visto como uma necessidade pela maioria dos coordenadores e docentes, reforçando a integração entre a teoria e o perfil profissional esperado pelo mercado.

Apesar da elevada importância atribuída à Teoria da Contabilidade para a formação do pensamento crítico e científico, identificou-se uma percepção isolada de risco de extinção da disciplina na grade curricular frente às mudanças normativas. No entanto, a tendência predominante aponta para a manutenção de sua relevância, desde que ocorram ajustes em ementas, cargas horárias e materiais didáticos para atender às exigências contemporâneas.

Um ponto de atenção trazido pelos dados, e que merece reflexão cuidadosa, é o paradoxo identificado entre a valorização subjetiva e a permanência estrutural da disciplina. Embora a totalidade dos respondentes tenha atribuído alto grau de relevância à Teoria da Contabilidade para a formação do egresso, identificou-se uma insegurança quanto à sua manutenção frente à Resolução CNE/CES nº 1/2024.

O fato de a nova normativa não citar explicitamente a nomenclatura da disciplina parece gerar uma ambiguidade interpretativa: ao mesmo tempo que se exige um profissional com maior densidade científico-teórica, abre-se espaço para uma possível redução de seu espaço na grade curricular em prol de componentes de caráter mais pragmático ou tecnológico. Portanto, o risco de extinção mencionado por parte dos sujeitos não reflete um descrédito acadêmico, mas sim uma preocupação com a perda de densidade teórica e com a sustentabilidade da disciplina em um cenário de flexibilização das Diretrizes Curriculares Nacionais.

Em contrapartida a esse receio, os resultados indicam uma elevada valorização da disciplina, com a vasta maioria dos respondentes classificando-a como muito importante. Esta evidência sugere que, embora a literatura e os dados deste estudo apontem para uma histórica falta de padronização na oferta da Teoria da Contabilidade no Brasil, a disciplina preserva sua centralidade no ensino. Sua relevância reside na capacidade de prover o embasamento teórico-científico necessário para o desenvolvimento do pensamento crítico, integrando fundamentos conceituais à prática profissional.

Adicionalmente, as percepções apuradas sobre os impactos da Resolução CNE/CES nº 1/2024 sinalizam o surgimento de uma nova perspectiva para o oferecimento da disciplina no futuro. A diretriz atual tende a influenciar a abordagem pedagógica, reforçando a necessidade de adaptação de conteúdos e metodologias para que a formação do profissional contábil atenda às exigências contemporâneas de competências e habilidades.

Teoricamente, a pesquisa contribui ao mapear as características da disciplina e os reflexos das novas diretrizes, confrontando percepções acadêmicas com a regulação em Pernambuco. Esta análise amplia a literatura sobre a transição normativa no ensino contábil regional. Na prática, os achados fornecem subsídios para a atualização dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs). Os dados sobre bibliografia e carga horária orientam a manutenção da qualidade do ensino frente à atual flexibilização curricular.

As limitações desta pesquisa residem, primordialmente, no fato de o censo planejado não ter sido plenamente atingido, uma vez que, do universo de 96 instituições contactadas, obteve-se o retorno de 17 unidades. Embora esse volume represente uma amostra relevante das IES ativas no estado de Pernambuco, a ausência de totalidade dos dados impede a generalização absoluta dos resultados para todo o território estadual.

Adicionalmente, o uso exclusivo de questionários eletrônicos pode ter restringido a profundidade das percepções captadas. A inclusão de métodos qualitativos em estudos futuros, como entrevistas ou grupos focais, poderia proporcionar uma compreensão mais rica e detalhada sobre os dilemas enfrentados pelos coordenadores na gestão da disciplina.

Como sugestão para estudos futuros, recomenda-se a expansão geográfica desta análise para outros estados brasileiros, a fim de identificar se os padrões de percepção aqui observados se repetem em diferentes contextos regionais. Propõe-se, adicionalmente, que pesquisas subsequentes transcendam o impacto isolado na disciplina de Teoria da Contabilidade, investigando como a Resolução CNE/CES nº 1/2024 influencia a reestruturação global dos Projetos Pedagógicos de Curso (PPCs).

## Referências

Alberti, S. J., Silva, J. P., Nascimento, R. F., & Souza, L. M. (2024). Análise das teorias contábeis abordadas nas pesquisas em programas de pós-graduação stricto sensu do centro oeste do Brasil. *Caderno Pedagógico*, 21(1), 389–414.

Araujo, T. S., Silva, V. R. da, & Rech, I. J. (2015). Análise dos conteúdos ministrados na disciplina Teoria da Contabilidade em cursos de graduação em Ciências Contábeis de Instituições Públicas de Ensino Superior do Brasil. In *Congresso de Controladoria e Finanças* (6, 2015, Florianópolis). Anais. Universidade Federal de Santa Catarina.

Barroso, D. V. (2018). *Teoria da Contabilidade*. UFBA.  
<https://repositorio.ufba.br/ri/handle/ri/30852>

Beuren, I. M. (2008). *Como elaborar trabalhos monográficos em contabilidade: teoria e prática* (3ª ed.). Atlas

Booth, W. C., Colomb, G. G., & Williams, J. M. (2008). *A arte da pesquisa* (2ª ed.). Martins Fontes.  
[https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/219588/BOOTH%2C%20W%20et%20al%20-%20A%20arte%20da%20pesquisa\\_primeira%20parte.pdf](https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/219588/BOOTH%2C%20W%20et%20al%20-%20A%20arte%20da%20pesquisa_primeira%20parte.pdf)

Borba, J. A., Poeta, F. Z., & Vicente, E. F. R. (2011). Teoria da contabilidade: uma análise da disciplina nos programas de mestrado brasileiros. *Sociedade, Contabilidade e Gestão*, 6(2). O  
[https://doi.org/10.21446/scg\\_ufrj.v6i2.13242](https://doi.org/10.21446/scg_ufrj.v6i2.13242).

Brasil. Ministério da Educação. Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação Superior. (2002). *Parecer CNE/CES nº 146, de 03 de abril de 2002*.  
[https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE\\_PAR\\_CNECESN1462002.pdf](https://normativasconselhos.mec.gov.br/normativa/view/CNE_PAR_CNECESN1462002.pdf)

Brasil. (1996). *Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional)*. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19394.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm)

Brasil. Conselho Nacional de Educação. (2004). *Resolução CNE/CES nº 10, de 16 de dezembro de 2004*. [https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10\\_04.pdf](https://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces10_04.pdf)

Brasil. Conselho Nacional de Educação. (2024). *Resolução CNE/CES nº 1, de 27 de março de 2024*. <https://portal.mec.gov.br/docman/marco-2024/257031-rces001-24/file>

Broietti, C., Ferreira, L. H., Santos, R. M., & Oliveira, J. F. (2022). Produção científica em Contabilidade no Brasil: análise com as teses de doutorado. *Ciência da Informação*, 51(2).

Canning, J. B. (1929). *The economics of accountancy*. The Ronald Press.  
<https://archive.org/details/in.ernet.dli.2015.163892>

Cavalcante Jr., F. C., Leitão, C. R. S., & Neto, H. Q. (2020). As características da disciplina Teoria da Contabilidade nos cursos de graduação em Ciências Contábeis das universidades da região Nordeste. *Revista de Contabilidade da UFBA*, 14(3).  
<https://doi.org/10.9771/rc-ufba.v14i3.36004>

Chambers, R. (1966). *Accounting, evaluation and economic behavior*. Prentice Hall.  
<https://archive.org/details/accountingevalua0000raym>

Coetsee, D. (2010). The role of accounting theory in the development of accounting principles. *Meditari Accountancy Research*, 18(1), 1–16.

<https://doi.org/10.1108/10222529201000001>

Cunha, L. C., Guidini, A., & Klann, R. C. (2017). A disciplina de teoria da contabilidade e a convergência às normas internacionais de contabilidade: percepção dos professores dos programas de pós-graduação stricto sensu em Contabilidade. *Pensar Contábil*, 19(68). <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/pensarcontabil/article/view/3046>

Cunha, L. C., Lopes, M. F., Silva, T. A., & Santos, J. P. (2017). A disciplina Teoria da Contabilidade em cursos de graduação: percepção de alunos e professores. *Revista Gestão Universitária na América Latina-GUAL*, 10(3), 182–203. <https://doi.org/10.5007/1983-4535.2017v10n3p182>

Dower, F. C. (2022). *Comparação entre os conceitos da tríade princípios, postulados e convenções/regras na teoria da contabilidade e na teoria dos princípios* (Tese de Doutorado). Universidade de São Paulo. <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/12/12136/tde-10112022-184856/>

Edwards, E. O., & Bell, P. W. (1961). *The theory of measurement of business income*. University of California Press. <https://archive.org/details/theorymeasuremen0000edwa>

Espejo, M. M. dos S. B., Lima, P. R., Sousa, C. A., & Rocha, F. M. (2011). Evidências empíricas do ensino no curso de ciências contábeis – uma análise das respostas às alterações provenientes da Lei 11.638/07. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 15(1), 22–39. <http://atena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/UERJ/article/viewArticle/886>

Ferreira, A. F., Silva, L. B., Souza, D. R., & Almeida, J. C. (2013). Teoria da Contabilidade: uma disciplina específica ou conhecimentos que deveriam estar integrados em outras disciplinas? *Revista Brasileira de Contabilidade*, 202, 30–43.

Gaffikin, M. (2006). The critique of accounting theory (Documento de Trabalho 25). Universidade de Wollongong.

[https://ro.uow.edu.au/articles/preprint/The\\_Critique\\_of\\_Accounting\\_Theory/27775341?file=50544954](https://ro.uow.edu.au/articles/preprint/The_Critique_of_Accounting_Theory/27775341?file=50544954)

Gil, A. C. (2002). *Como elaborar projetos de pesquisa*. Atlas.

[https://www.fc.unesp.br/Home/helber-freitas/tcci/gil\\_como\\_elaborar\\_projetos\\_de\\_pesquisa\\_-anto.pdf](https://www.fc.unesp.br/Home/helber-freitas/tcci/gil_como_elaborar_projetos_de_pesquisa_-anto.pdf)

Gornik-Tomaszewski, S., & Choi, Y. C. (2018). The conceptual framework: Past, present, and future. *Review of Business*, 38(1), 47–58.

Hendriksen, E. S., & Van Breda, M. F. (2009). *Teoria da contabilidade* (A. Z. Sanvicente, Trad.). Atlas.

- Ijiri, Y. (1967). *The foundations of accounting measurement: A mathematical, economic and behavioral inquiry*. Prentice Hall. <https://archive.org/details/foundationsofacc0000ijir>
- Iudícibus, S. de, Martins, E., & Carvalho, L. N. (2005). Contabilidade: aspectos relevantes da epopeia de sua evolução. *Revista Contabilidade & Finanças*, 16, 7–19. <https://doi.org/10.1590/S1519-70772005000200002>
- Iudícibus, S. de. (2012). Teoria da contabilidade: evolução e tendências. *Revista de Contabilidade do Mestrado em Ciências Contábeis da UERJ*, 17(2), 5–13. <http://www.arena.org.br/revista/ojs-2.2.3-06/index.php/UERJ/article/viewArticle/1325>
- Iudícibus, S. de, Silva, J. P. da, Niyama, J. K., & Beuren, I. M. (2020). Reflexões sobre as bases filosóficas dos princípios contábeis. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 17(42), 158–173. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2020v17n42p158>
- Iudícibus, S. de, Silva, J. P. da, Niyama, J. K., & Beuren, I. M. (2022). Influência da teoria da contabilidade no objetivo do relatório financeiro de finalidade geral. *Revista Contemporânea de Contabilidade*, 19(jan/mar), 107–121. <https://doi.org/10.5007/2175-8069.2022.e79548>
- James, K. (2008). A critical theory and postmodernist approach to the teaching of accounting theory. *Critical Perspectives on Accounting*, 19(5), 643–676. <https://doi.org/10.1016/j.cpa.2006.11.004>
- Lima Filho, R. N., & Bruni, A. L. (2012). Percepção dos graduandos em Ciências Contábeis de Salvador (BA) sobre os conceitos relevantes da Teoria da Contabilidade. *Revista de Educação e Pesquisa em Contabilidade*, 6(2). <https://doi.org/10.17524/repec.v6i2.176>
- MacNeal, K. (1939). *Truth in accounting*. University of Pennsylvania Press. <https://archive.org/details/truthinaccountin0m35macn>
- Madeira, G. J., Mendonça, K. F. C., & Abreu, S. M. (2003). A disciplina teoria da contabilidade nos exames de suficiência e provão. *Contabilidade Vista & Revista*, 14, 103–122.
- Marassi, R. B., Fasolin, L. B., & Klann, R. C. (2018). O ensino de Teoria da Contabilidade no Brasil após o processo de convergência das normas internacionais de contabilidade sob a ótica dos docentes do Estado do Paraná. *Contabilidade Vista & Revista*, 29(2), 18–41.
- Marion, J. C. (1997). A disciplina Teoria da Contabilidade no curso de graduação. *Contabilidade Vista & Revista*, 8(2), 3–8. <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/91>
- Martins, G. A., & Lintz, A. (2011). *Guia para elaboração de monografias e trabalhos de conclusão de curso* (2ª ed.). Atlas.
- MEC – Ministério da Educação. (2024). *Portal do MEC*. <http://portal.mec.gov.br>
- Paula, F. F. S., Mendes, J. R., & Carvalho, L. P. (2022). Panorama sobre a história e evolução da contabilidade no Brasil. *LIBERTAS: Revista de Ciências Sociais Aplicadas*, 12(1). <https://periodicos.famig.edu.br/index.php/libertas/article/view/207>

- Paton, W. A. (1922). *Accounting theory: With special reference to the corporate enterprise*. The Ronald Press. <https://archive.org/details/accountingtheor00patogoog>
- Pinheiro, F. A. (1997). O postulado do usuário: Incentivo ao desenvolvimento da Teoria da Contabilidade e do Contabilista. *Caderno de Estudos*, 1–8. <https://doi.org/10.1590/S1413-92511997000300004>
- Rosa, F. S. da, Mendes, J. P., & Oliveira, C. R. (2012). A identidade da teoria da contabilidade: Uma análise de aspectos da legitimidade sociopolítica e cognitiva da disciplina no Brasil. *REICE: Revista Iberoamericana sobre Calidad, Eficacia y Cambio en Educación*, 10(4), 239–263. <https://dialnet.unirioja.es/servlet/articulo?codigo=4134044>
- Sacramento, C. O. de J. (1998). O ensino de teoria da contabilidade no Brasil. *Caderno de Estudos*, 1–10. <https://doi.org/10.1590/S1413-92511998000200006>
- Silva, A. H. C. e, Sancovschi, M., & Santos, A. G. C. dos. (2019). A abordagem oportunista da Teoria Positiva da Contabilidade (PAT) falha ao explicar as escolhas feitas na OGX: Uma situação anômala? \*Revista de Contabilidade e Organizações, 13\*, Artigo e164412. <https://doi.org/10.11606/issn.1982-6486.rco.2019.164412>
- Soares, S. V., Silva, G. R. da, & Pfitscher, E. D. (2011). Teoria da Contabilidade: O que se ensina nos cursos de Ciências Contábeis das universidades federais brasileiras? *Revista de Contabilidade da UFBA*, 5(3), 45–57. <https://doi.org/10.9771/rcufba.v5i3.5514>
- Teotônio, F. S. B., Souza, G. L., Souza, F. M. A., & Visentin, I. C. (2021). Teoria da contabilidade: Uma compilação da disciplina no curso de graduação em ciências contábeis através da revisão sistemática. *Humanidades & Tecnologia (FINOM)*, 29(1), 267–296. [https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM\\_Humanidade\\_Tecnologia/article/view/1592/1175](https://revistas.icesp.br/index.php/FINOM_Humanidade_Tecnologia/article/view/1592/1175)
- Theóphilo, C. R., Sacramento, C. O. J., Neves, I. F., & Souza, P. L. (2000). O ensino da teoria da contabilidade no Brasil. *Contabilidade Vista & Revista*, 11(3), 3–10. <https://revistas.face.ufmg.br/index.php/contabilidadevistaerevista/article/view/163>
- Unegbu, A. O. (2014). Theories of accounting: Evolution & developments, income-determination and diversities in use. *arXiv preprint*, <https://doi.org/10.48550/arXiv.1411.4633>
- Watts, R. L., & Zimmerman, J. L. (1990). Positive accounting theory: A ten-year perspective. *Accounting Review*, 131–156. <https://www.jstor.org/stable/247880>